

Nome(s): Luísa Panek Marques

GRR: 20181239

Orientador(a): Manuela Dreyer da Silva

Tema: Unidades de Conservação e percepção ambiental

Título provisório: O processo do passo zero no Parque Estadual da Serra da Baitaca e sua influência na construção de conhecimentos sobre a UC

PROJETO - Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Ciências Biológicas

Apresentação

A partir das vivências no meu atual estágio no Instituto Água e Terra (IAT), relacionadas à gestão e elaboração de projetos em Unidades de Conservação (UCs) do estado do Paraná, foi possível perceber que existem distintas percepções acerca dessas unidades. Constatei que muito se discute na literatura a respeito dos problemas relacionados à gestão desses espaços e sobre o seu processo de criação, mas pouco se debate sobre a relação deste momento que antecede a implementação de uma UC, com a rotina e a gestão desses espaços. Compreende-se que a etapa de criação e planejamento é fundamental para a implementação e a gestão da área protegida (AP), logo, mais estudos acerca dessa temática se fazem necessários.

Pires, Zeni Junior e Gaulke (2012), sinalizam que a partir do século XIX se intensificou o movimento de ocupação territorial baseado em modelos de uso desenfreado dos recursos naturais, acarretando em distintos impactos ambientais negativos. A partir, então da crescente preocupação de vários setores da sociedade em relação ao cenário ambiental mundial (PEREIRA; DIEGUES, 2010), a conservação da biodiversidade passou a se apresentar como um dos maiores desafios atuais a serem enfrentados (DIEGUES, 2019). Este cenário desencadeia ações, discursos e estratégias de planejamento do uso do espaço, como a criação de áreas protegidas.

No Brasil, dentre as áreas protegidas, estão as Unidades de Conservação, as quais possuem importante base legal, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com o intuito de determinar diretrizes para a criação, implantação e gestão para essas áreas. Com base neste documento, as UCs são divididas em dois grandes

grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, englobando ao todo doze categorias de manejo, com características específicas e finalidades distintas quanto à forma de proteção e atividades que são permitidas.

As unidades de conservação são criadas com diversas finalidades, como a proteção da diversidade biológica, dos recursos naturais e da cultura local. Assim, configuram-se como espaços importantes não apenas do ponto de vista paisagístico, mas também histórico e ecológico, além de serem espaços propícios para a realização de ações de educação ambiental (SAMMARCO, 2005).

Ainda que muito importantes do ponto de vista da conservação da biodiversidade, é notável que o processo de criação e implementação de muitas das UCs apresenta relação direta com a existência de divergências entre os diferentes sujeitos envolvidos com as áreas e até mesmo de uma cisão entre ser humano e natureza. No caso das Unidades de Proteção Integral, os conflitos socioambientais são mais evidentes, uma vez que de acordo com que é imposto pelo SNUC, essas áreas têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, sendo seu uso bastante restrito (art. 7º, §1º). Com base na categorização estabelecida por esse dispositivo legal, os Parques Nacionais (PARNA), enquadram-se no grupo das Unidades de Proteção Integral. Denominados Parque Estadual ou Parque Natural Municipal quando criados pelo Estado ou Município, respectivamente, nesses espaços é permitida a realização de pesquisas científicas e atividades de visitação, recreação, educação e turismo ecológico, desde que sejam respeitadas as normas previstas no plano de manejo (BRASIL, 2000).

Ainda assim, o SNUC prevê a participação da população anteriormente ao ato de criação da área protegida, por meio do Art. 22º parágrafo 2º, e também nos momentos de implantação e gestão. Este documento, também possui mecanismos para assegurar a inclusão social e a participação de diferentes representantes da sociedade nas decisões referentes às UC: o Plano de Manejo e o Conselho Gestor (BRASIL, 2000). Contudo, observa-se que na prática, em muitas UCs, há uma falta de reconhecimento e exclusão das comunidades locais sobre as providências a serem tomadas em relação a esses espaços. Os parâmetros usados para a escolha do local e a categoria da UC, frequentemente, são determinados considerando-se somente os aspectos naturais, sem levar em conta, na maior parte das vezes, as relações

socioambientais ali presentes (SAMMARCO, 2005). Desta forma, conflitos envolvendo diferentes interesses, usos, visões e objetivos entre os diversos atores sociais da área são recorrentes.

Falhas na gestão das áreas protegidas têm sido atribuídas, dentre outras causas, a questões relacionadas ao seu processo de criação (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; CHUENPAGDEE *et al.*, 2013; GONZALEZ; JENTOFT, 2011). Estudar esse processo é, portanto, essencial para entender as causas dos conflitos em Unidades de Conservação e propor mudanças para que se tornem espaços democráticos e educativos.

Esses fatores me instigaram a querer entender como se deu o processo de criação do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PESB), Paraná, e sua influência na construção dos diferentes conhecimentos sobre esta UC, isto é, como os diferentes sujeitos significam esta área. O PESB abrange os municípios de Quatro Barras e Piraquara, protegendo uma área total de 3.053,26 ha. Foi criado em 2002, por meio do Decreto nº 5765 de 05 de junho, com o objetivo de “conservar uma amostra do bioma Floresta Ombrófila Densa, incluídas as formações Floresta Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana, a fauna, solo e águas interiores; e promover atividades que não provoquem nenhuma alteração no ecossistema e dar sustentabilidade à preservação”.

A escolha pelo PESB se deu em virtude do maior contato com este parque durante o estágio, e conseqüentemente, maior conhecimento dos aspectos socioambientais que o permeiam. Além disso, a leitura dos documentos, “Relatório de Pesquisa Serra da Baitaca: Caracterização e Proposta de Manejo” de Roderjan e Struminski (1992), Dossiê Baitaca de Struminski (2007) e do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PARANÁ, 2017), revela um histórico de atividades conflitantes e tensões que antecedem a criação do parque e se estendem até os dias atuais, envolvendo moradores da região, visitantes, montanhistas, ambientalistas, religiosos, atividades econômicas e instituições governamentais, sendo essenciais para tentar entender os diferentes significados que se atribuem a esta UC.

Neste contexto, compreender como os sujeitos se relacionam e se percebem no meio, como se relacionam com a temática da conservação da natureza e como se

percebem na relação ser humano e natureza passa a ser importante, especialmente no âmbito da criação de UCs. A esta pesquisa soma-se, então, a temática da percepção ambiental (OLIVEIRA, 2012).

Enunciado do problema

Considerando o contexto apresentado e as distintas percepções em relação ao Parque Estadual da Serra da Baitaca, de que forma o processo de criação desta UC influenciou no processo de construção de conhecimentos pelos diferentes atores sociais acerca deste espaço?

Justificativa

A relevância do trabalho de pesquisa baseia-se no fato de que já existem muitos estudos e ocorrem muitas discussões sobre as problemáticas relacionadas a gestão das Unidades de Conservação, mas comparativamente a outras temáticas, pouco é discutido sobre o processo de criação desses espaços, e como essas etapas que antecedem a implementação de uma UC podem influenciar no modo como os diferentes atores sociais envolvidos com a área a significam.

Amparando-se no documento “Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2011), ressalta-se ainda, que este trabalho poderá contribuir para o desenvolvimento de ações de comunicação e educação ambiental, visando o enfrentamento de discordâncias e impactos socioambientais que ocorrem no Parque Estadual da Serra da Baitaca. Além disso, o estudo gerará mais informação e possivelmente mais espaço para participação dos diferentes atores sociais envolvidos com a UC, condições indispensáveis para atendimento das demandas locais e fortalecimento da importância das unidades de conservação de um modo geral (ver objetivo específico 4).

Não há dúvidas que as Unidades de Conservação são espaços fundamentais para proteção da biodiversidade, contribuindo para a conservação e manutenção dos ecossistemas e biomas ao longo do tempo (TOZZO; MARCHI, 2014). Também configuram como espaços privilegiados para a realização de atividades de educação ambiental (SAMMARCO, 2005). E para que o funcionamento e a gestão dessas

unidades seja satisfatória, é preciso um trabalho colaborativo entre diferentes agentes. Entretanto, com base na literatura, constata-se que os procedimentos para criação de muitas UCs envolveram falhas e impasses, resultando em problemas que prejudicam a gestão, manejo dos recursos e o cumprimento dos objetivos de conservação pretendidos, e em situações conflituosas vinculadas a interesses diversos materializados nesses espaços. Nesse sentido, é imprescindível que o processo de criação desses espaços, envolva muito estudo, planejamento e participação dos diferentes sujeitos que com eles se relacionam, reforçando desta forma, a importância de se investigar como foram criados, a fim de entender as divergências presentes, as quais estão vinculadas a interesses e finalidades distintas dos agentes envolvidos com a UC.

No Parque Estadual Serra da Baitaca, como já mencionado, há diversas tensões e atividades conflitantes que ocorrem dentro dos seus limites e no entorno, e acredita-se que boa parte disso seja resultado de uma ineficiência no seu processo de criação, que produz lacunas entre o meio ambiente e a população, reforçando ainda mais a importância desse trabalho. Diante de um cenário mundial marcado por problemas socioambientais, constata-se que existe uma segregação entre ser humano e natureza, a qual precisa ser eliminada, sendo fundamental que esse sentimento de pertencimento à natureza seja reparado (SAUVÉ, 2005). Para que isso seja possível, no caso da UCs especificamente, sinaliza-se a importância do diálogo e colaboração entre os diferentes atores sociais envolvidos com esses espaços. Isso contribuirá para o desenvolvimento de um sentimento de respeito e admiração pelo meio ambiente, imprescindível para a formação de cidadãos críticos e engajados com as causas ambientais.

Compreende-se portanto, que este trabalho irá gerar conhecimentos importantes em relação ao PESB, para que se entendam as demandas desse parque e dos sujeitos que possuem relações com o território.

Objetivos:

a) Geral:

- Compreender as percepções socioambientais sobre o processo de criação do Parque Estadual da Serra da Baitaca e sua influência na construção dos diferentes conhecimentos a respeito desta UC.

b) Específicos:

1. Compreender o processo chamado passo zero desta UC;
2. Desenvolver as categorias de análise dos documentos;
3. Investigar as percepções dos diferentes sujeitos sobre o Parque Estadual da Serra da Baitaca e seu processo de criação, a partir da narrativa presente nos documentos secundários;
4. Gerar informação e levantar temas a serem discutidos com os diferentes atores sociais envolvidos com a UC.

Fundamentação teórica/revisão de literatura

Para se definir o momento do processo de criação das unidades de conservação, têm-se usado na literatura o termo “passo zero” ou “*step zero*”, referindo-se ao estágio de concepção dessas áreas (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; CHUENPAGDEE *et al.*, 2013). O passo zero envolve a identificação e definição do problema e a discussão sobre como será tratado e de que formas (CHUENPAGDEE *et al.*, 2013). Conforme defendido por Chuenpagdee e Jentoft (2007) e Chuenpagdee *et al.* (2013), o que antecede a implementação de uma UC é tão fundamental quanto as ações que acontecem posteriormente, uma vez que esse momento afetará em como se dará o manejo da área protegida.

Observa-se que tanto no Brasil como internacionalmente, muito se tem discutido sobre os problemas relacionados à gestão dessas unidades, mas pouca atenção é dada aos estágios iniciais de criação desses espaços (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; GONZALEZ; JENTOFT, 2011). Contudo, voltar o foco para o passo zero, é essencial para entender e procurar resolver os impasses e as dificuldades que resultam do processo de criação das UCs, os quais prejudicam a conservação e manejo dos recursos nessas áreas.

Durante muito tempo, a criação de áreas protegidas no Brasil, em especial os parques nacionais, ocorreu sem muita reflexão e consideração sobre as possíveis consequências negativas do estabelecimento desses espaços sobre as populações locais, resultando no surgimento de conflitos (MUNGAI, 2008). Tais divergências entre os diferentes atores sociais envolvidos, em muitos casos, são produto da desorganização e ausência de planejamento no processo de concepção dessas

áreas, em que as necessidades e particularidades das populações do entorno não são consideradas (SOUZA; MILANEZ, 2019).

Ainda que avanços importantes, como a promulgação do SNUC, tenham ocorrido, no que diz respeito à participação social nos processos de criação e gestão das áreas protegidas, este envolvimento ainda é limitado e com isso verifica-se a ocorrência de diversos conflitos nas UCs e em seu entorno. Parece haver em muitos casos, uma repetição do que ocorria no passado, em que as primeiras UCs, segundo Pádua (1978 *apud* SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004), eram instituídas, com base em sua beleza cênica, por algum fenômeno geológico extraordinário ou em razão de questões políticas, sem considerar critérios técnicos e científicos consolidados.

Historicamente, o processo de criação das UCs têm resultado na disseminação de situações de conflito entre os distintos sujeitos que se relacionam com esses espaços, em razão da proibição ou restrição no uso e exploração dos recursos naturais pertinentes ao seu modo de vida e dos serviços ambientais presentes nestas áreas, ou pela desapropriação das populações locais que ali habitavam antes de serem instituídas (ARRUDA, 1999; VIVACQUA; VIEIRA, 2005; BENSUSAN, 2006). Muitas discussões também resultam da falta de reconhecimento e da não participação de populações locais no manejo dessas áreas (SOUZA; MILANEZ, 2019). A priorização dos aspectos naturais em detrimento das questões sociais relacionadas à conservação, contribuem, portanto, para a ocorrência de conflitos e tensões, que afetam a gestão dessas áreas e prejudicam a reconstrução de uma relação mais respeitosa e harmônica entre ser humano e natureza.

Cada indivíduo possui uma interpretação diferente de um mesmo ambiente ou elemento, em decorrência de suas vivências, cultura, do seu modo de vida e de suas opiniões. Esse cenário ocorre também com as UCs, no qual diferentes segmentos da sociedade envolvidos com determinada área protegida terão percepções distintas sobre aquele espaço, chamada de percepção ambiental (SANTOS, 2020). As formas distintas como uma UC é vista, conduzem a variadas interpretações e reações, e assim, maneiras de agir diferentes dentro dessas áreas e em seu entorno. Essas diferentes maneiras de se perceber o mesmo ambiente, podem gerar conflitos, os quais, em alguns casos, resultam em impactos negativos para a UC, e podem influenciar na conservação dessas áreas, ressaltando a importância de se

compreender as diferentes percepções ambientais da sociedade sobre determinado território (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, os estudos sobre essa temática são essenciais para que se conheçam as relações estabelecidas entre ser humano e o ambiente, seus desejos, expectativas, condutas, satisfações e insatisfações, a respeito do espaço em que se está inserido (VASCO e ZAKRZEWSKI, 2010). Os levantamentos realizados com a sociedade são importantes ferramentas para que se conheçam as percepções e valores das pessoas que vivem dentro ou no entorno das UCs, dos visitantes, pesquisadores, gestores, entre outros segmentos da sociedade envolvidos (SANTOS, 2020). Isso possibilita que as expectativas e necessidades desses indivíduos sejam melhor avaliadas e correspondidas, privilegiando a adesão de um comportamento conservacionista e conseqüentemente, contribuindo para uma proteção mais eficaz da natureza (TORRES e OLIVEIRA, 2008).

Diante do exposto, trabalhos sobre percepção ambiental envolvendo unidades de conservação são imprescindíveis não apenas para a gestão e desenvolvimento de ações de educação ambiental nessas áreas, mas especialmente nas etapas que antecedem a criação das UCs. Isso fornecerá subsídios para que estas sejam implementadas de forma democrática e participativa, visando atender as necessidades e considerando as percepções dos diferentes sujeitos envolvidos, na busca por uma proteção efetiva da diversidade biológica, e evitando a ocorrência de conflitos decorrentes do momento de concepção desses espaços.

Metodologia

Para entendimento e conhecimento da temática a ser abordada no trabalho, a etapa preliminar consistirá no levantamento bibliográfico de trabalhos científicos relacionados a áreas protegidas, sua criação e gestão, diálogo de saberes, relação ser humano-natureza, passo zero e artigos que abordem temas socioambientais vinculados a unidades de conservação. Essa etapa é importante para que haja um direcionamento do estudo, a fim de verificar o que já foi desenvolvido a respeito da temática e determinar o problema de pesquisa.

Serão analisados também documentos secundários vinculados ao parque: atas das reuniões do Conselho Gestor do parque, estas com acesso já autorizado

pela chefe da unidade de conservação; plano de manejo; relatórios; e pesquisas realizadas no parque e em seu entorno antes da criação desse espaço, os quais apresentam aspectos históricos, econômicos, sociais e ambientais, primordiais para o entendimento dos significados distintos que se atribuem a UC. Também ocorrerão conversas informais com a chefe do parque e com uma servidora do Departamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DUC) do IAT para entender suas percepções sobre a UC e compreender melhor o contexto histórico de criação deste espaço.

A análise e discussão dos documentos secundários será baseada no método empírico chamado de análise de conteúdo de Bardin (2011). Considerando o conjunto de técnicas desse método, no presente estudo será utilizada a técnica categorial, fundamentada no desmembramento do texto em categorias. Assim, os documentos serão analisados conforme as três etapas principais do processo de análise de conteúdo estipuladas pela autora: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) a interpretação das categorias, estas que serão previamente determinadas a partir da identificação dos termos que aparecem em maior frequência nos textos e de critérios vinculados aos objetivos do estudo. Na fase de pré-análise, a partir da leitura flutuante, os documentos são escolhidos e organizados e são elaboradas hipóteses para interpretação do material. A fase seguinte de exploração do material, consiste na categorização e codificação dos documentos, em que os dados são unidos em categorias. E na terceira fase, ocorre por fim, o tratamento dos resultados, em que são feitas inferências e interpretações dos dados arranjados nas distintas categorias (BARDIN, 2011).

Cronograma Trabalho de Conclusão de Curso

Atividade	Período
Elaboração e submissão do Projeto	Maio - Junho 2023
Levantamento bibliográfico	Junho - Julho 2023
Leitura flutuante, escolha e organização dos documentos	Junho - Agosto 2023
Definição das categorias de análise dos documentos	Julho - Agosto 2023

Tratamento dos resultados	Agosto - Setembro 2023
Elaboração do TCC	Setembro - Novembro 2023
Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso	Dezembro 2023

Fonte: Autoria própria (2023).

Referências

ARRUDA, R. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente e Sociedade, n. 5, p. 79-92, Dez. 1999. DOI. 10.1590/S1414-753X1999000200007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229 p., 2011.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA**. Brasília - DF, 48 p. 2011. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/encea.html>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CHUENPAGDEE, R.; JENTOFT, S. **Step zero for fisheries co-management: What precedes implementation**. Marine Policy, v. 31, n. 6, p. 657–668, 2007. DOI. 10.1016/j.marpol.2007.03.013

CHUENPAGDEE, R. *et al.* **Marine protected areas: Re-thinking their inception**. Marine Policy, v. 39, n. 1, p. 234–240, Mai. 2013. DOI. 10.1016/j.marpol.2012.10.016.

DIEGUES, A. C. **Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 50, p. 116–126, Abr. 2019. DOI. 10.5380/dma.v50i0.66617.

GONZALEZ, C.; JENTOFT, S. **MPA in labor: Securing the Pearl Cays of Nicaragua**. Environmental Management, v. 47, n. 4, p. 617–629, 2011. DOI. 10.1007/s00267-010-9587-y.

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-MG**. Orientadora: Doralice Barros Pereira. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, L. de. **Percepção Ambiental**. Geografia e Pesquisa, v. 6, n. 2, p. 56–72, 2012.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 5.765 de 05 de junho de 2002**. Cria o Parque Estadual da Serra da Baitaca. Disponível em: <https://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1048>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca**. Instituto Ambiental do Paraná, Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. Curitiba: IAP/DIBAP, 2017. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Manejo-Parque-Estadual-da-Serra-da-Baitaca>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza**: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, 2010.

PIRES, P. de T. de L.; ZENI JUNIOR, D. M.; GAULKE, D. **As Unidades de Conservação e a Floresta Ombrófila Mista no Estado do Paraná**. Ciência Florestal, v. 22, n. 3, p. 589–603, 2012. ISSN. 0103-9954.

RODERJAN, C. V.; STRUMINSKI, E. **Serra da Baitaca: caracterização e proposta de manejo**. Curitiba: FUPEF/FBPN, 1992. 117 p. Relatório técnico.

SAMMARCO, Y. M. **Percepções sócio-ambientais em unidades de conservação: o Jardim de Lilith?**. Orientador: Armando Borges. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2005.

SANTOS, M. A. P. dos. **A percepção ambiental como ferramenta estratégica de gestão em Unidades de Conservação**. Revista Eletrônica de Uso Público em Unidades de Conservação. Universidade Federal Fluminense, v. 8, n. 13, p. 42–50, 2020. DOI. 10.47977/2318-2148.2020.v8n13p42.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 317–322, 2005.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de Conservação: aspectos e sua evolução. In: COBRAC – Congresso Brasileiro do Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004.

SOUZA, L. R. C. de.; MILANEZ, B. **Comunidades e unidades de conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do**

Caparaó. Caminhos da Geografia, v. 20, n. 69, p. 403–420, Mar. 2019. DOI.10.14393/RCG206941421.

STRUMINSKI, E. **Dossiê Baitaca**. Documento Preliminar. Curitiba, 2007.

TORRES, D. de F.; OLIVEIRA, E. S. de. **Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, v. 21, p. 227-235, 2008.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. de. **Unidades de conservação no brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa**. Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 6, n. 3, p. 508–523, 2014.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. **O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil**. Perspectiva, v. 34, n. 125, p. 17–28, Mar. 2010.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. **Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação**. Política e Sociedade, n. 7, p. 139–162, Out. 2005.